

Difícil o acordo com os credores

16 DEZ 1963

“O resultado da visita que o presidente do Banco Central, sr. Fernão Bracher, fez ao comitê de assessoramento dos bancos credores do Brasil foi que os banqueiros propuseram o reinício de negociações que haviam sido interrompidas há mais de ano. O comitê de assessoramento deixou claro, porém, que as renegociações se restringiriam ao reescalonamento dos empréstimos que vencem ainda este ano e no próximo. Significa isto que os credores estrangeiros, ante a incerteza atual, não estão dispostos a conceder a nosso país um prazo maior, que lhe permitiria fazer uma programação mais dilatada para atender aos compromissos externos. Convém ressaltar que, embora a proposta dos bancos credores, no sentido de se iniciar imediatamente (hoje mesmo) a renegociação, possa ser considerada altamente positiva, não quer isto dizer que o entendimento será rápido e fácil.

O presidente do Banco Central pode comprovar, em sua viagem aos Estados Unidos, que, sem um acordo formal com o Fundo Monetário Internacional, os bancos credores não se mostram dispostos a assumir compromissos a longo prazo. Mostrar-se-iam, porém, mais transigen-tes, pelo menos, nas suas propostas

de prazo curto? A intervenção do FMI — que o secretário do Tesouro norte-americano parece ter considerado dispensável, no tocante ao Brasil, país que paga regularmente os juros que incidem sobre sua dívida externa — seria questão fechada para os bancos credores. Já tivemos oportunidade de assinalar que, para estes, o endosso moral do FMI é importante como justificativa a ser dada aos acionistas. Os bancos assentiram agora em iniciar a renegociação porque o presidente do Banco Central já se avistou com o diretor-gerente do FMI, sr. Jacques de Larosière, fato que realçou em seu pronunciamento diante do comitê de assessoramento, no qual frisou também, aliás, que o Brasil continuará mantendo informado o organismo internacional acerca de seus programas. Não há dúvida de que, se o diretor-gerente do FMI fizesse um pronunciamento positivo sobre o novo programa, a renegociação com os bancos seria facilitada.

Sem acordo com o FMI, os bancos só estariam inclinados a concer-tar uma renegociação que, aparentemente, equivaleria a uma prorrogação por um ano. Sem dúvida, isso representaria um avanço em relação

à última prorrogação, que era apenas de alguns meses. Mas é preciso que se tenha em mente que, ainda assim, a renegociação que hoje se inicia não será tranquila. O presidente do Banco Central pode avaliar a importânci-a que os bancos dão à questão das “operações 63” das instituições que entraram em liquidação. Conforme tivemos oportunidade de explicar, a Resolução nº 63, do Banco Central, nunca representou o aval das autoridades monetárias para operações de repasse de recursos externos: apenas enquanto interessava ao governo é que este lhes deu cobertura, a fim de assegurar o afluxo de recursos exter-nos. Os banqueiros estrangeiros aludem, entretanto, a declarações ver-bais feitas anteriormente pelas autoridades monetárias brasileiras, prometendo total segurança a tais apli-cações, ao mesmo tempo que consideram ter a renegociação aumentado a responsabilidade do Banco Central. Não há dúvida de que a nova renegociação terá de encontrar uma solução de compromisso para os 415 milhões de dólares que se acham em jogo.

Muito mais importante parece-nos, contudo, apurar se existem ago-ra condições para reduzir-se o spread que o País está pagando e que é,

certamente, o spread mais alto do mercado internacional. Esta questão não foi aventada na conversa que o presidente do Banco Central manteve com o comitê de assessoramento dos bancos credores, mas é claro que não faria sentido proceder-se a uma renegociação se o spread não baixasse. De outro modo, não se trataria de renegociação, mas apenas de prorrogação, por um ano, de um acordo pouco satisfatório.

A questão das linhas de crédito a curto prazo é também importante. Com efeito, trata-se de capital de giro indispensável ao bom desempe-nho do comércio internacional do Brasil. Se os credores querem que nosso país continue a pagar os juros sobre a dívida, devem ajudá-lo a manter o superávit da balança com-mercial. O Brasil está mostrando sua capacidade de concorrência nos preços e na qualidade dos produtos, e o que lhe falta são os meios de assegu-rar a parte financeira.

A relutância dos bancos em ofe-recer melhores condições poderá levar o Brasil a adotar medidas mais drásticas, unilaterais. Neste caso, o País teria de preparar-se para enfrentar uma recessão muito mais cedo do que se imagina...